

	2013	02	01	01	-	02	03	01
Cap. Trajano de Farias	2010	02	02	-	-	02		
	2011	02	02	-	-	02		
	2012	02	01	-	-	02		
	2013	01	01	02	-	02	04	-
Manoel Faustino da Costa	2010	01	-	-	-	01		
	2011	01	-	-	-	01		
	2012	01	-	-	-	01		
	2013	01	-	-	-	01		01
Sebastião Constantino Dantas	2010	02	02	-	-	02		
	2011	03	01	-	-	02		
	2012	02	01	-	-	02		
	2013	02	01	-	-	02		
Presidente Costa e Silva	2010	01	-	-	-	01		
	2011	01	-	-	-	01		
	2012	01	-	-	-	01		
	2013	01	-	-	-	01	01	01
Clementino José de Maria	2010	01	01	-	-	01		
	2011	01	01	-	-	01		
	2012	01	01	-	-	01		
	2013	01	01	-	-	01	02	
Nelson Sólton de Farias	2010	03	02	-	-	01		
	2011	01	01	-	-	01		
	2012	02	01	-	-	01		
	2013	02	01	-	-	01		04
José Marcelino da Silva	2010	01	-	-	-	01		
	2011	01	-	-	-	01		
	2012	01	-	-	-	01		
	2013	01	-	-	-	01		
Manoel Cassimiro Gomes	2010	06	07	03	02	12		
	2011	05	06	04	02	18		
	2012	05	05	04	02	10		
	2013	03	06	05	02	13		15
Centro Educ. Infantil Mundo Mágico	2010	03	02	02	01	01		
	2011	03	02	02	01	01		
	2012	03	02	02	01	01		
	2013	02	03	02	01	01	01	8
Escola Estadual José Joaquim	2013	02	04	01	-	04	01	5

Fonte: www.QEdu.com.br/2013

* Todos os funcionários da tabela de nº 54 coluna “outros” tem nível superior.

** funcionários da Unidade de Ensino Sebastião Constantino Dantas tem nível Superior.

Os dados a seguir tabela 24 referem-se aos profissionais em educação no município – funcionários da escola por situação funcional no exercício de 2013. A rede municipal dispõe de 11 (onze) unidades de ensino, Sendo que 03 (três) escolas estão situadas na zona urbana, sendo 2 (duas) escolas municipais e 1 (uma) estadual e 08 (oito) escolas na zona rural, tendo um total de 18 (dezoito) merendeiras, 18 (dezoito) auxiliares de serviços gerais, 09 (nove) vigilantes, 03 (três) secretárias escolares, 29 (vinte e nove) denominado como outros profissionais o qual correspondem a função de apoio técnico.

TABELA 24

Profissionais em Educação – funcionários da escola- por situação funcional 2013.

Unidade Escolar	Merendeira	ASG	Vigia	Sec. Escolar	Outros	Sit. Funcional	
						Concursado	Contrato
José Pedro de Farias	02	1	-	-		04	02
Cap. Trajano de Farias	01	1	2	-	2	02	04
Manoel Faustino da Costa	01	-	-	-	1	01	
Sebastião Constantino Dantas	02	1	-	-	2	04	01
Presidente Costa e Silva	01	-	-	-	1	01	01
Clementino José de Maria	01	1	-	-	1	02	01
Nelson Sólton de Farias	02	1	-	-	1	03	01
José Marcelino da Silva	01	-	-	-	1	01	01
Manoel Cassimiro Gomes	03	6	5	02	3	26	03
Centro Educ. Inf. Mundo Mágico	02	3	2	01	1	07	02
Escola Estadual José Joaquim	02	4	1	-	4	06	05

Fonte: www.educacenso.inep.gov.br/2013

Ressalta-se, no entanto a importância e veracidade das informações contidas no referido documento, onde se apresenta um panorama da realidade do município. Para tanto, a educação dispõe de um diagnóstico que permite a compreensão histórica e atual da educação do município com vista a favorecer a partir das proposições das metas e estratégias em consonância com o PNE.

METAS E ESTRATÉGIAS: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1. Fazer o mapeamento dos alunos de 4(quatro) a 5 (cinco)anos de idade em regime de colaboração através dos parceiros de assistência social e saúde para levantamento de demanda dos alunos que estão fora da escola;
2. Garantir oferta de matrículas, para atender a educação infantil de forma a contemplar todos os alunos que estão fora da escola, em parceria com a família para efetuarem matrícula das crianças nos estabelecimentos de ensino;
3. Oferecer condições de atendimento nas creches para as crianças de até 3 (três) anos no que se refere aos recursos didáticos ,mobiliário e estrutura física como incentivo a efetivação das matrículas a essa faixa etária;
4. Ampliação e capacitação do quadro dos profissionais envolvidos no processo de ensino infantil;
5. Garantir um profissional Especialista qualificado que atue efetivamente como suporte pedagógico na educação infantil.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias

1. Elaborar, mediante parcerias com os agentes comunitários de saúde (ACS) e o apoio do gestor do programa bolsa família (PBF) um levantamento quanto a demanda da população da referida meta, para obtenção do quantitativo dos alunos de 6 (seis) a 14(quatorze) anos que estão fora da escola;

2. Criar mecanismo de oferta, mediante proposta de direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os encaminhamentos necessário de forma a assegurar assistência para os alunos que necessitam de apoio ao que se refere a conclusão da etapa na idade própria recomendada;

3. Inserção na grade curricular de atividades que torne o ambiente escolar mais atrativo como incentivo nas atividades de esporte e música;

4. Promover e discutir, nos encontros pedagógicos com os docentes, formas de intervenções para promoção dos alunos na idade recomendada;

5. Pactuar com todas as escolas do município que ofertam Educação Fundamental a essa faixa etária, a implantação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento em consonância com o PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na idade certa), para consolidar a promoção dos alunos na idade adequada e ampliar a formação para os professores da ensino infantil e fundamental do 4º e 5º ano;

6. Criar grupos de estudos contemplando o aluno com defasagem de aprendizagem dentro da escola.

7. Promover uma pactuação com a família com formações continuadas para os pais promovidas pelos profissionais em educação do município.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

1. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

2. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à

adolescência e à juventude e implantação de uma comissão responsável para a realização do referido trabalho;

3. Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

4. Programar políticas de prevenção à evasão motivada por trabalho, mudança de endereço, ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, busca de parcerias com instituições privadas para bolsa emprego (jovem aprendiz);

5. Oferecer meios que promova a compactação com a família, de forma a sensibilizá-los quanto a cooperação no processo de inserção e permanência da população de 15 (quinze a 17 (dezessete) anos na escola;

6. Promover periodicamente debate com discussões temáticas que envolva a participação da família na escola;

7. Criar condições de ofertas referentes aos recursos para atender a demanda, visando a melhoria da aprendizagem dos processos formativos incluindo a gestão respeitando a singularidade e as suas especificidades;

8. Ampliar até o final da vigência deste PME, as matrículas no ensino médio, se articulando com o referido público, através de debates em conferências públicas, sobre a importância da conclusão dos estudos, mediante qualificação profissional para o mercado de trabalho e monitoramento para alcançar os alunos evadidos da escola;

9. Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4(quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a Educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classe, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.

Estratégias:

1. Garantir cursos e capacitações para formar profissionais que atendam os alunos com necessidades especiais nas suas diversidades e disponibilizar espaços físicos e recursos didáticos adequados para atender a essa demanda de acordo com as necessidades e acompanhamento pelos profissionais qualificados;
2. Garantir aos profissionais de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e das salas regulares gratificação referente aos alunos com laudos portadores de deficiências;
3. Implantar cargos para provimento das vagas de Psicólogos, Assistência social, Psicoterapeuta, Psicopedagogo e áreas afins lotadas exclusivamente na secretaria de educação;
4. Promover a escolarização para a população de 4 a 17 anos, com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado – AEE;
5. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade e os padrões de referência de qualidade nacional, a construção e reestruturação de escolas públicas de Educação Infantil, conforme levantamento da demanda;
6. Garantir o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na educação infantil, priorizando a oferta e o monitoramento de salas multifuncionais;
7. Contribuir com a busca ativa de pessoas com deficiência, beneficiárias do programa do Benefício de Prestação Continuada – BPC na escola, a fim de garantir o direito de todos à educação;
8. Realizar anualmente a matrícula antecipada de pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, a fim de garantir o acesso, a participação e a permanência, com qualidade, na escola, cumprindo a meta de inclusão plena.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

1. Fortalecer o PNAIC, no que se refere as condições para consolidar e garantir a alfabetização das na idade recomendada;
2. Criar um reforço escolar a ser oferecido no contra turno com devido planejamento juntamente com a equipe pedagógica e docentes;
3. Garantir condições para ofertar uma merenda de boa qualidade, de forma a contribuir com o desenvolvimento das crianças em processo de alfabetização;
4. Estabelecer os conteúdos programados por ano, de forma a ser trabalhado na pratica docente para efetivação dos direitos de aprendizagem de cada etapa da alfabetização.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em ,no mínimo 50%(cinquenta por cento)das escolas publicas ,de forma a atender ,pelo menos 25%(vinte e cinco por cento)dos (os) alunos da educação básica.

Estratégias:

1. Ampliar e melhorar as estruturas físicas das escolas no que se refere aos espaços demanda escola corpo docente em parceria com União, de forma a disponibilizar recursos através de programas para atender os alunos com a proposta em tempo integral;
2. Criar condições de atendimento aos alunos da educação em tempo integral, ofertando um serviço de boa qualidade ao que se refere a proposta oferecida pelo o programa Mais Educação;
3. Definir diretrizes municipais para a política de formação inicial e continuada dos profissionais, monitores do programa Mais Educação, assegurando o respeito aos valores culturais e artísticos nas diferentes atividades a serem desenvolvidas nos macro campos na proposta de Educação em tempo Integral.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Estratégias:

1. Criar um programa diferenciado para correção de fluxo escolar propondo condições e meios de acompanhamento pedagógico para aprendizagem dos alunos;
2. Estabelecer regras de acordo com regimento da escola proporcionando aos alunos com distorção idade série uma proposta eficaz para a correção de fluxo sem prejuízo para o aluno;
3. Definir os planejamentos com vista a construir uma proposta que vise atender as dificuldades de aprendizagem por etapas de ensino regular, bem como das modalidades, de forma a promover os alunos com distorção e melhoria da qualidade da educação básica.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18(dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar, no mínimo 12,(doze) anos de estudo no ultimo ano de vigência deste plano ,para as populações do campo da região de menor escolaridade do município e dos 25%(vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados a fundação instituto brasileiro de geografia e estatística(IBGE).

Estratégia:

1. Fazer um levantamento situacional quanto à escolaridade da população de 18 a 29 anos para oferta de matrícula de forma a assegurar o acesso e permanência dessa faixa etária na escola.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 93,5%(noventa e três inteiros e cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

1. Realizar em um levantamento em regime de colaboração com as secretarias e assistência através de PBF (Programa Base Familiar) AES (Agentes

Comunitários de Saúde) social e saúde para mapeamento de situação dos jovens e adultos analfabetos que se encontram fora da escola;

2. Criar ofertas de vagas para atendimento dos alunos com faixa etária de 15(quinze) anos ou mais que estão fora da escola, disponibilizando condições necessárias para permanência e alfabetização do referido público;

3. Garantir condições para implementações ações de políticas específicas para o atendimento da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com vista a como lidar o processo de alfabetização e erradicação do analfabetismo absoluto.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio , na forma integrada a educação profissional.

Estratégias:

1. Criar mecanismo de incentivos para alfabetização e continuidade dos estudos de forma a reduzir a taxa do analfabetismo funcional.

2. Garantir condições de políticas de incentivos para EJA (Educação de Jovens e Adultos) com a implantação de oferta de cursos profissionalizantes no programa curricular de forma a alfabetizá-los e capacitá-los para o mercado de trabalho.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

1. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

2. Estimular o atendimento da educação profissional nas redes de acordo com as necessidades e interesses.

Metas 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégia:

1. Articular em Regime de Colaboração e Cooperação a ampliação por meio de programas especiais e políticas de assistência ao estudante de escolas públicas o acesso acadêmico.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores no município.

Estratégia:

1. Estimular e incentivar o corpo docente a ampliar sua formação no que se refere a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, em regime de colaboração com os institutos e universidades federais, para promoção e qualificação profissional.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto-sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

1. Ampliar em Regime de Colaboração o nível de pós-graduação dos professores da educação básica de 50.6% para 80% a garantir a qualidade do ensino;
2. Criar mecanismo através de política local para efetivação de formação continuada em áreas de atuação nas modalidades de ensino.
3. Efetuar no município duas (02) formações continuadas semestralmente envolvendo os profissionais que atuam na educação.

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégia:

1. Criar uma comissão, para acompanhar a atualização do plano de carreira de acordo com o piso salarial Nacional para todos os profissionais da rede municipal de ensino.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias: